

Veto total nº 043/09

AO EXPEDIENTE  
Em 11 NOV 2009



Recebido. Autue-se  
e inclua em pauta  
Em 16/11/2009

SECRETARIA LEGISLATIVA  
RECEBIDO  
10 NOV 2009  
Nome \_\_\_\_\_

Presidente

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
GOVERNADORIA**

MENSAGEM Nº 194, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2009.

1º Secretário  
ESTADO DE RONDÔNIA  
Assembleia Legislativa  
16 NOV 2009  
Protocolo 083/09

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º, da Constituição do Estado, impõe-se-me o dever de informar a Vossas Excelências, que vetei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa augusta Assembleia Legislativa, o qual "Altera o Anexo I da Lei Complementar nº 326, de 11 de novembro de 2005", encaminhado a este Executivo com a Mensagem nº 198/2009, de 14 de outubro de 2009.

Senhores Deputados, pretende essa Augusta Casa de Leis promover o aumento do salário dos ocupantes dos cargos de Advogado Geral, Advogado Geral Adjunto e Secretário Legislativo.

Ocorre que, a proposição padece de vício de iniciativa, uma vez que infringe assim o artigo 37, incisos XI e XII, da Constituição Federal, o qual prescreve que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

"Art. 37. Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

Ademais, este Projeto de Lei não está de acordo com o interesse público. Cumpre aduzir que o *princípio do interesse público* não só subjaz o princípio da legalidade como, de certo modo, guarda estreita afinidade com os demais princípios que informam a atuação da Administração Pública em geral. A um, porque ao sustentarmos que o princípio da legalidade conforta interesse público, por conseguinte, estamos trabalhando com a idéia de que a noção de "interesse público" alcança os demais princípios, justamente pelo fato da legalidade estrita ter ampla abrangência e, conseqüentemente, estar francamente disseminada no âmbito do nosso regime jurídico-administrativo. Tanto é que a doutrina é tranqüila ao afirmar que, sob a rubrica da "legalidade", pode-se enfeixar todos os demais princípios peculiares ao direito administrativo, sejam eles explícitos ou implícitos. A dois, porque, independentemente da aproximação do *interesse público* com a noção que se tenha de legalidade, aquele também encontra em



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**GOVERNADORIA**

seu interior amplo espectro de ação, abrangendo e tangenciando não só reflexa como diretamente os demais princípios, sendo indissociável para a compreensão e dimensionamento da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, preceitos que originariamente foram impostos ao administrador público pela Carta Federal. Nesse aspecto não há como dizer o contrário.

O desrespeito à prerrogativa de iniciar este processo traduz vício jurídico de gravidade inquestionável, cuja ocorrência reflete típica hipótese de inconstitucionalidade formal, apta a invalidar, de modo irremissível, a própria integridade do ato legislativo, mesmo que sancionado por este Executivo Estadual.

Como podem perceber Vossas Excelências, trata-se de indiscutível inconstitucionalidade formal e por esse sério e intransponível vício, não pode o presente Projeto de Lei encontrar abrigo no ordenamento jurídico do Estado.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado veto total, anticipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

**IVO NARCISO CASSOL**

Governador

Assinatura manuscrita do Governador Ivo Narciso Cassol.